

Direito da Segurança

Direito Constitucional, Internacional, Europeu, Legal e Regulamentar

I – DIREITO CONSTITUCIONAL DA SEGURANÇA

1. Constituição da República Portuguesa (artigos)

- Artigo 7º - Relações internacionais
- Artigo 8º - Direito Internacional
- Artigo 9º - Tarefas fundamentais do Estado
- Artigo 19º - Suspensão do exercício de direitos
- Artigo 27º - Direito à liberdade e à segurança
- Artigo 28º - Prisão preventiva
- Artigo 29º - Aplicação da lei criminal
- Artigo 30º - Limites das penas e das medidas de segurança
- Artigo 31º - *Habeas corpus*
- Artigo 32º - Garantias de processo criminal
- Artigo 33º - Expulsão, extradição e direito de asilo
- Artigo 34º - Inviolabilidade do domicílio e da correspondência
- Artigo 35º - Utilização da informática
- Artigo 164º - Reserva absoluta de competência legislativa
- Artigo 165º - Reserva relativa de competência legislativa
- Artigo 268º - Direitos e garantias dos administrados
- Artigo 270º - Restrições ao exercício de direitos
- Artigo 272º - Polícia
- Artigo 273º - Defesa nacional
- Artigo 274º - Conselho Superior de Defesa Nacional
- Artigo 275º - Forças Armadas
- Artigo 276º - Defesa da Pátria, serviço militar e serviço cívico

2. Declaração Universal dos Direitos do Homem (artigos)

- Artigo 1º - Liberdade e igualdade do homem
- Artigo 2º - Princípio da igualdade
- Artigo 3º - Direitos à vida, à liberdade e à segurança pessoal
- Artigo 9º - Proibição da prisão, detenção ou exílio arbitrários
- Artigo 11º - Garantias de justiça penal
- Artigo 12º - Privacidade, inviolabilidade do domicílio e da correspondência e direito à honra

II – DIREITO INTERNACIONAL DA SEGURANÇA

3. Carta das Nações Unidas (capítulos V, VI e VII)
4. Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional
5. Convenção de Palermo (criminalidade organizada)
6. Convenção de Mérida (corrupção)

7. Convenção Penal contra a Corrupção do Conselho da Europa, de 15 de maio de 2003
8. Tratado de Comércio de Armas – 2 de abril de 2013 (DR n° 157, 18 de agosto de 2014)
9. Convenção internacional para a Eliminação dos Atos de Terrorismo Nuclear, de Nova Iorque, de 13 de abril de 2005 (DR n° 165, de 28 de agosto de 2014)

III – DIREITO EUROPEU DA SEGURANÇA

10. Tratado da União Europeia (Título V)
11. Tratado do Funcionamento da União Europeia (arts. 222.º, 326.º a 334.º TFUE)
12. Convenção Europol (Resolução da Assembleia da República n° 60/97)
13. Acordo entre os Estados Membros da Comunidade Europeia relativo a Transmissão de Processos Penais (resolução da AR n° 38/94, de 13 de julho)
14. Luta contra a criminalidade organizada – Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho de 24 de outubro de 2008
15. Serviço Europeu de Ação Externa (Decisão 2010/427, de 26 de julho)
16. Lei de Execução da EUROJUST (Lei n° 36/2003, de 22 de agosto, alterada pela Lei n° 20/2014, de 15 de abril)
17. Criação de um mecanismo de reação rápida [Regulamento (CE) n.º 381/2001 do Conselho, de 26 de Fevereiro de 2001]

IV – DEFESA NACIONAL E FORÇAS ARMADAS

18. Lei de Defesa Nacional (Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de Julho, alterada pela Lei Orgânica n° 5/2014, de 29 de agosto; Declaração de Retificação n° 52/2009, de 20 de Julho)
19. Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (Lei Orgânica n° 1-A/2009, de 7 de Julho, alterada pela Lei Orgânica n° 6/2014, de 1 de setembro)
20. Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional (Decreto-Lei n° 183/2014, de 29 de dezembro)
21. Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas (Decreto-Lei n° 184/2014, de 29 de dezembro)
22. Lei Orgânica da Marinha (Decreto-Lei n° 185/2014, de 29 de dezembro)
23. Lei Orgânica do Exército (Decreto-Lei n° 186/2014, de 29 de dezembro)
24. Lei Orgânica da Força Aérea (Decreto-Lei n° 187/2014, de 29 de dezembro)
25. Código de Justiça Militar (Lei n° 100/2003, de 15 de novembro)
26. Regulamento de Disciplina Militar (Lei Orgânica n° 2/2009, de 22 de julho)
27. Polícia Judiciária Militar (Decreto-Lei n.º 200/2001, de 13 de Julho, alterado pelo Lei n° 100/2003, de 15 de novembro)
28. Conceito Estratégico de Defesa Nacional (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril)
29. Lei do Serviço Militar Obrigatório – Lei n° 174/99, de 21 de setembro

V – SEGURANÇA INTERNA E FORÇAS POLICIAIS

30. Lei de Segurança Interna (Lei n° 53/2008, de 29 de agosto; Declaração de retificação n° 66-A/2008, de 29 de outubro de 2008); Resolução do Conselho de Ministros n° 45/2007, de 19 de março – SISI
31. Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência (Lei n° 44/86, de 30 de setembro, alterada pela Lei Orgânica n° 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei Orgânica n° 1/2012, de 11 de maio)

32. Lei Orgânica do Gabinete Nacional de Segurança (Decreto-Lei n.º 3/2012, de 16 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 162/2013, de 4 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 69/2014, de 9 de maio)
33. Regimento do Conselho Superior de Segurança Interna (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/88, de 14 de abril)
34. Gabinete Coordenador de Segurança (Decreto-Lei n.º 61/88, de 27 de fevereiro)
35. Guarda Nacional Republicana (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro)
36. Regulamento de Disciplina da Guarda Nacional Republicana (Lei n.º 145/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 66/2014, de 28 de agosto)
37. Polícia de Segurança Pública (Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto)
38. Regulamento de Disciplina da Polícia de Segurança Pública (
39. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 290-A/2001, de 17 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de julho, e Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro)
40. Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (Decreto-Lei n.º 194/2012, de 23 de agosto)
41. Sistema de Autoridade Marítima (Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 263/2009, de 28 de setembro)
42. Autoridade Marítima Nacional (Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 235/2012, de 31 de outubro)
43. Sistema de Autoridade Aeronáutica – Instituto Nacional de Aviação Civil (Decreto-Lei n.º 145/2007, de 27 de abril)
44. Autoridade Tributária e Aduaneira (Decreto-Lei n.º 118/2011, de 15 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 142/2012, de 11 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 62/2013, de 17 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 51/2014, de 2 de abril)
45. Corpo de Guarda Prisional (Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de Setembro)
46. Extinção dos governadores civis (Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro; Decreto-Lei n.º 97/2011, de 20 de setembro; Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro)
47. Estatuto da Escola Prática da Guarda Nacional Republicana – Decreto-Lei n.º 37/87, de 26 de janeiro
48. Estatuto do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna – Decreto-Lei n.º 275/09, de 2 de outubro

VI – SEGURANÇA DE ESTADO E PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES

49. Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa (Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, alterada pela Lei n.º 4/95, de 21 de fevereiro, pela Lei n.º 15/96, de 30 de abril, pela Lei n.º 75-A/97, de 22 de julho, pela Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de novembro, e pela Lei Orgânica n.º 4/2014, de 13 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 44-A/2014, de 10 de outubro)
50. Lei Orgânica do Sistema de Informações da República Portuguesa (Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 50/2014, de 13 de agosto)
51. Lei Orgânica do Gabinete Nacional de Segurança (Decreto-Lei n.º 3/2012, de 16 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 162/2013, de 4 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 69/2014, de 9 de maio)
52. Centro de Informações e Segurança Militar (artigos 28.º e 29.º da Lei do EMGFA - Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de setembro)
53. Lei do Regime do Segredo de Estado (Lei Orgânica n.º 2/2014, de 6 de agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2015, de 8 de janeiro)

54. Lei da Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado (Lei Orgânica nº 3/2014, de 6 de agosto)
55. Regulamento Interno da Comissão para a Fiscalização do Segredo de Estado (Regulamento nº 268/2012, de 17 de julho)
56. Normas para a Segurança Nacional, salvaguarda e defesa das matérias classificadas - SEGNAC 1 (Resolução do Conselho de Ministros nº 50/88, de 3 de dezembro)
57. Normas para a Segurança Nacional, salvaguarda e defesa das matérias classificadas, segurança industrial, tecnológica e de investigação – SEGNAC 2 (Resolução do Conselho de Ministros nº 37/89, de 24 de outubro)
58. Instruções para a Segurança Nacional – segurança das telecomunicações – SEGNAC 3 (Resolução do Conselho de Ministros nº 16/94, de 22 de março)
59. Normas para a Segurança Nacional, salvaguarda e defesa das matérias classificadas, segurança informática - SEGNAC 4 (Resolução do Conselho de Ministros nº 5/90, de 28 de fevereiro)
60. Estratégia Nacional para a CiberSegurança (Resolução do Conselho de Ministros nº 12/2012, de 7 de fevereiro)

VII – ORGANIZAÇÃO JUDICIAL E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

61. Lei da Organização do Sistema Judiciário (Lei nº 62/2013, de 26 de agosto)
62. Regulamentação da Lei da Organização do Sistema Judiciário (Decreto-Lei nº 49/2014, de 27 de março)
63. Código Penal (Decreto-Lei nº 400/82, de 23 de setembro, com a última alteração dada pela Lei nº 69/2014, de 29 de agosto)
64. Código de Processo Penal
65. Lei-Quadro da Política Criminal (Lei nº 17/2006, de 23 de maio, alterada pela Lei nº 51/2007, de 31 de agosto, pela Lei nº 19/2008, de 21 de abril, e pela Lei nº 38/2009, de 20 de julho)
66. Lei de Organização da Investigação Criminal (Lei nº 49/2008, de 27 de agosto, alterada pela Lei nº 34/2013, de 16 de maio)
67. Lei do Sistema Integrado de Informação Criminal (Lei nº 73/2009, de 12 de agosto)
68. Lei Orgânica da Polícia Judiciária (Lei nº 37/2008, de 6 de agosto, alterada pela Lei nº 26/2010, de 30 de agosto)
69. Estatuto do Corpo da Guarda Prisional (Decreto-Lei nº 3/2014, de 9 de janeiro)
70. Adoção de medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo (Lei nº 25/2008, de 5 de julho)
71. Lei de Combate ao Terrorismo (Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, alterada pela Lei nº 59/2007, de 4 de setembro, e pela Lei nº 17/2011, de 3 de maio)
72. Lei da criminalização do incitamento público à prática de infrações terroristas, o recrutamento para o terrorismo e o treino para o terrorismo (Lei nº 17/2011, de 3 de maio)
73. Regime Jurídico das Acções Encobertas para Fins de Prevenção e Investigação Criminal (Lei nº 101/2001, de 25 de agosto, alterada pela Lei nº 60/2013, de 23 de agosto)
74. Lei da Cooperação judiciária em matéria criminal (Lei nº 144/99, de 31 de agosto)
75. Regime jurídico do mandado de detenção europeu (Lei nº 65/2003, de 23 de agosto)
76. Proteção das Testemunhas
- 76.1. Aplicação de medidas para proteção de testemunhas (Lei n.º 93/99, de 14 de julho)
- 76.2. Regulamentação da Lei nº 93/99, de 14 de Julho (Decreto-Lei nº 190/2003, de 22 de agosto)

77. Regime especial de recolha de provas, quebra do segredo profissional e perda de bens a favor do Estado (Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro)
78. Videovigilância pelas forças e serviços de segurança em locais públicos (Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, alterada pela Lei n.º 39-A/2005, de 29 de julho, pela Lei n.º 53-A/2006, de 29 de dezembro, e pela Lei n.º 9/2012, de 23 de fevereiro)
79. Regime jurídico do mandado de detenção europeu – Lei n.º 65/2003, de 23 de agosto
80. Lei combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo (Lei n.º 25/2008, de 5 de junho)
81. Lei do Cibercrime (Lei n.º 109/2009)
82. Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais (Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 101/99, de 26 de Julho, pelo Decreto-Lei n.º 323/2001, de 17 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 38/2003, de 8 de Março, pela Lei n.º 105/2003, de 10 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de Março, pela Lei n.º 42/2005, de 29 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 303/2007, de 24 de agosto, pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 295/2009, de 13 de outubro, pela declaração de retificação n.º 86/2009, de 23 de novembro, pela Lei n.º 43/2010, de 3 de setembro, pela Lei n.º 40/2010, de 3 de setembro, e pela Lei n.º 46/2011, de 24 de junho)
83. Estatuto dos Magistrados Judiciais (Lei n.º 21/85, de 30 de Julho, alterada pelo Decreto-Lei n.º 342/88, de 28 de Setembro, pela Lei n.º 2/90, de 20 de Janeiro, pela Lei n.º 10/94, de 5 de Maio, pela Lei n.º 44/96, de 3 de Setembro, pela Lei n.º 81/98, de 3 de Dezembro, pela Lei n.º 143/99, de 31 de Agosto, pela Lei n.º 3-B/2000, de 4 de Abril, e pela Lei n.º 42/2005, de 29 de Agosto, pela Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, pela Lei n.º 63/2008, de 18 de Novembro, pela Lei n.º 37/2009, de 20 de Julho, pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 9/2011, de 12 de abril)
84. Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, alterada pela Lei n.º 2/90, de 20 de Janeiro, pela Lei n.º 23/92, de 20 de Agosto, pela Lei n.º 10/94, de 5 de Maio, pela Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, pela Lei n.º 42/2005, de 29 de Agosto, pela Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, pela Lei n.º 37/2009, de 20 de Julho, e pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 9/2011, de 12 de abril)

VIII – SEGURANÇA COMUNITÁRIA E PROTEÇÃO CIVIL

85. Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro)
86. Autoridade Nacional de Proteção Civil (Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio)
87. Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio)
88. Organização dos Serviços Municipais de Proteção Civil (Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro)
89. Infraestruturas críticas (Decreto-Lei n.º 62/2011, de 9 de maio)
90. Conta de emergência (Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de julho)
91. Regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental (Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro)
92. Regime de constituição, organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros no território continental (Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 248/2012, de 21 de novembro)
93. Regime jurídico do nadador-salvador (Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto)

94. Lei das Armas (Lei nº 5/2006, de 23 de fevereiro, alterada pelas Lei nº 59/2007, de 4 de setembro, pela Lei nº 17/2009, de 6 de maio, pela Lei nº 26/2010, de 30 de agosto, pela Lei nº 12/2011, de 27 de abril, e pela Lei nº 50/2013, de 24 de julho)
95. Lei da Atividade de Segurança Privada (Lei nº 34/2013, de 16 de maio)
96. Lei das Bases de Dados Pessoais na Atividade de Segurança Privada (Lei nº 23/2014, de 28 de abril)
97. Regulamento dos cursos de formação do pessoal da atividade de segurança privada (Portaria nº 114/2014, de 18 de julho)
98. Lei-Quadro das Polícias Municipais (Lei nº 19/2004, de 20 de Maio)
99. Conselhos Municipais de Segurança (Lei nº 33/98, de 18 de Julho)
100. Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (Decreto-Lei nº 77/2007, de 29 de março)
101. Código da Estrada (Decreto-Lei nº 114/94, de 3 de maio, alterado pela última vez pela Lei nº 72/2013, de 3 de setembro)
102. Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (Decreto-Regulamentar nº 28/2012, de 12 de março)
103. Instituto Nacional de Emergência Médica (Decreto-Lei nº 34/2012, de 14 de fevereiro)
104. Lei da informação genética pessoal e informação de saúde (Lei nº 12/2005, de 26 de janeiro)
105. Regulamentação da proteção e confidencialidade da informação genética (Decreto-Lei nº 131/2014, de 29 de agosto)